

# **EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O CASO SINGULAR DO MUNICÍPIO DE JATAÍ-GO**

**Márcia Santos Anjo Reis**

**RESUMO:** A pesquisa buscou compreender as especificidades e a singularidade do processo de expansão e interiorização da educação superior de Jataí - GO. A centralidade das análises foi nos governos de FHC e de Lula. Realizou-se pesquisa bibliográfica, documental, análise estatística e entrevistas, com 18 sujeitos. Foram analisadas cinco instituições de ensino superior de Jataí e a Fundação Educacional de Jataí. Assim como o Brasil e Goiás adotaram a política de diversificação e diferenciação na educação superior, Jataí seguiu essa tendência, mas com a singularidade marcada pelo predomínio da expansão pública. A pesquisa sinaliza para o complexo processo de expansão e interiorização, analisa as singularidades da educação superior em Jataí e, aponta para a necessidade de estudos que descortinem singularidades desse nível de ensino no processo de articulação às políticas nacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Expansão; Interiorização; Educação Superior.

## **INTRODUÇÃO**

Diante do cenário de inúmeras demandas econômicas, políticas, sociais e culturais – estimuladas pelo acirramento da competitividade global e da mundialização do capital, de modificações conjunturais aceleradas frente ao processo de globalização do capital financeiro e da revolução técnico-científica –, a educação superior passa por mudanças, tendo em vista demandas presentes na relação Estado, sociedade e mercado.

Os temas mais constantes no debate internacional e nacional sobre a educação superior são: a preocupação com o aumento da demanda; a expansão e interiorização da educação superior; o financiamento desse nível de ensino; a influência causada pela mundialização do capital nos planos e programas; a vinculação das universidades públicas com o Estado e sua relação com o setor produtivo; os objetivos e funções sociais da educação superior na atualidade; a eficiência, a eficácia, a competitividade e a equidade dos sistemas; a demanda diversificada; o espaço da universidade no mundo virtual das novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC); a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão; a mudança no perfil profissional e, como consequência, a alteração no processo formativo; a função da educação continuada na formação permanente; a função das ciências sociais na apreciação dos problemas mundiais, nacionais, regionais e locais (DOURADO, CATANI, OLIVEIRA, 2003).

Essas temáticas apontam elementos distintos vivenciados pela educação superior, assim como exigências e desafios. Estes merecem ser investigados em um contexto de mudanças aceleradas, de maneira especial, no que se refere à expansão das oportunidades educacionais, produção de conhecimento e a formação, orientados na defesa de um modelo de qualidade.

Nesse contexto, constitui-se objeto de investigação desse artigo o processo de expansão e interiorização da educação superior brasileira, a partir da realidade do estado de Goiás, tendo como horizonte de investigação o município de Jataí - GO, analisando as ações expansionistas ligadas aos cursos de graduação presencial.

Apesar de a educação superior ter sido implantada em Jataí na década de 1980, a centralidade da análise desse artigo será nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) - de 1995 a 2002 e de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) – de 2003 a 2010, por serem os períodos nos quais se concentraram as maiores taxas de expansão da educação superior no Brasil após a consolidação desse nível de ensino e a existência de um conjunto de políticas e ações voltadas para a expansão da educação superior tanto pública como privada.

Jataí é uma cidade do interior do Sudoeste goiano que apresenta um quadro universal representativo e diversificado de IES com relação à dependência administrativa, que disponibiliza para a sociedade cursos de graduação e/ou pós-graduação, presenciais e à distância, contribuindo com a formação acadêmica da população da cidade e de cidades circunvizinhas.

Ao todo são cinco instituições de ensino superior (IES) de cursos de graduação presencial. Considerando a esfera de dependência administrativa particular, tem-se o Centro de Ensino Superior de Jataí (Cesut) e a Faculdade Jataiense (Faja). As demais IES privadas da cidade ofertam cursos superiores a distância. São extensões de IES sediadas em outros estados que funcionam virtualmente em escolas da rede particular.

Na esfera de dependência administrativa estadual, há, em Jataí, a Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Jataí (UEG – UnU de Jataí) e na esfera federal, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Jataí (IFG – Câmpus Jataí) e o CAJ/UFG (denominado a partir de 2014 de Regional Jataí/UFG).

Tais instituições traduzem no município de Jataí a lógica da diferenciação institucional e diversificação das fontes de financiamento das IES, que têm marcado o discurso e as políticas de reformas da educação superior no país e no estado de Goiás.

## PROBLEMA

Para analisar a política de expansão do ensino superior deliberada pelo governo federal e implementada no município de Jataí pela via do público e do privado, as questões norteadoras da pesquisa foram: quais são as políticas de expansão e interiorização do ensino superior do país nos governos de FHC e Lula? Que políticas motivaram a interiorização e expansão do ensino superior no estado de Goiás nesse período? Quais são os interesses sociais e políticos da região que contribuiram para a implantação, interiorização e expansão do ensino superior em Jataí? Qual o papel da UFG, UEG e IFG no contexto de expansão e interiorização da educação superior no município de Jataí? Quais os elementos responsáveis pela expansão restrita do ensino privado na cidade de Jataí?

## OBJETIVO

A pesquisa teve o objetivo geral de investigar quais elementos caracterizam o processo de interiorização e de expansão do ensino superior no Brasil, determinados pelo governo federal e implantados em contextos diferenciados, pela via do público e privado, procurando desvelar e compreender a singularidade da situação regional do município de Jataí-GO, sem perder de vista os determinantes histórico-culturais e econômicos mais amplos.

## METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa, adotou-se como trajetória de investigação um conjunto de procedimentos metodológicos que compreendem pesquisa bibliográfica e documental, análise estatística e entrevistas, como via de acesso para coletar, sistematizar, analisar, interpretar e refletir, com maior coerência e correção possível, as questões propostas nesse estudo no seu momento histórico.

Realizou-se revisão da literatura sobre a expansão e interiorização da educação superior no Brasil, em específico no estado de Goiás e em Jataí e, para tanto, realizou-se consulta no banco de teses e dissertações da Capes, bem como de livros e

artigos publicados. Após consulta realizada no banco de teses e dissertações da Capes, durante o período de 2000 a 2011, utilizando-se as palavras-chave expansão do ensino superior e expansão da educação superior, foram encontrados 164 trabalhos. Desses, apenas sete são relacionadas ao estado de Goiás. Constatou-se um número reduzido de trabalhos que abordam as políticas de expansão e interiorização do ensino superior em Goiás e a inexistência de pesquisa nessa área do município de Jataí, o que sinaliza a importância e a pertinência dessa produção científica.

Na pesquisa documental, procedeu-se à leitura e análise de documentos oficiais (leis, decretos, normativas, planos de desenvolvimento institucional, programas pedagógicos de cursos, estatutos, atas, dentre outros) que possibilitassem maior apreensão e compreensão do processo de criação, expansão e consolidação da educação superior no município de Jataí.

O trabalho de análise estatística e de indicadores foi organizado com base nos dados coletados do MEC/Inep, da Sectec de Goiás, bem como das IES de Jataí, considerando o processo de expansão e interiorização da educação superior no Brasil, no estado de Goiás e em Jataí, com vistas a estabelecer possíveis nexos com as políticas públicas direcionadas à educação superior, principalmente dos governos de FHC e Lula. Nem sempre a análise pode ser traduzida em números, por isso foi necessário estudo pormenorizado dos dados, procurando interpretar os fenômenos sociais, políticos e econômicos do momento histórico, fazendo uma análise quali-quantitativa dos elementos coletados.

Para complementar as informações referentes às IES selecionadas, foi utilizado como instrumento de coleta de dados a entrevista. Os 18 sujeitos da pesquisa selecionados foram gestores (ex-reitor, ex ou atual diretor, ex ou atual coordenador) e professores das IES elegidas, bem como pessoas da comunidade que, de alguma forma, fizeram parte do processo de implantação das IES, e alguns presidentes da Fundação Educacional de Jataí (FEJ).

Os dados obtidos nas entrevistas permitiram avaliar melhor as variáveis exploradas quantitativamente na fundamentação teórica da pesquisa e, como ressaltava Gomes (2001), baseado em Minayo, possibilitaram ratificar ou não as proposições da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, expandindo o conhecimento sobre o tema pesquisado. Essa abordagem qualitativa possibilitou identificar como se deu o processo de expansão e consolidação das IES de Jataí.

## RESULTADOS

A partir da década de 1980, o panorama da educação superior caracterizou-se pela expansão significativa, privatização e fragmentação institucional, heterogeneidade em relação ao tamanho e à qualidade do trabalho acadêmico e pelo embate entre o público e o privado. Embora a política de expansão e interiorização por intermédio da criação de novas IES tenha sido significativa no Brasil, em Goiás destaca-se a criação de fundações municipais de ensino superior.

O processo de expansão do ensino superior no estado de Goiás, por intermédio da interiorização, na década de 1980, segundo Dourado (2001), foi “respaldado por um discurso de desenvolvimento regional” (p. 67), fundamentado “em apelos e compromissos eleitoreiros” (p. 68). Neste contexto, aumentaram-se os atos de criação de IES no estado de Goiás – faculdades estaduais e fundações municipais–, principalmente nas cidades consideradas polos econômicos.

No caso específico de Jataí, em março de 1980 criou-se o CAJ pela UFG, com o objetivo de efetivar o processo de interiorização de cursos de formação de professores. Em 1981, implantou-se o curso de Licenciatura Plena em Ciências, com habilitação em Matemática, Química e Física, no qual os professores eram da UFG, lotados em Goiânia, e ministravam aulas em Jataí. Em 1984, foi criada a FEJ, que possibilitou a expansão dos cursos superiores em Jataí. No ano de 1985, foi implantado o curso de Pedagogia, primeiro curso com professores concursados e lotados para trabalharem no CAJ/UFG, sendo contratados pela FEJ.

As fundações municipais conseguiam a autorização dos cursos pelo Conselho Estadual de Educação, o que se constituía uma brecha para as instituições privadas aproveitarem para se expandir em razão da insuficiente normatização e fiscalização. Neste contexto, em 1985, criou-se a primeira IES privada em Jataí, o Cesut, sob a manutenção da FEJ.

Dando continuidade à apresentação das transformações ocorridas na educação superior, constata-se que, na década de 1990, as reformas do Estado praticadas na América Latina apresentaram como fundamento a concepção neoliberal. As políticas de ajuste estruturais desenvolvidas se pautaram na “desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado” (CHAVES; LIMA; MEDEIROS, 2008, p. 333).

A concepção neoliberal passou a direcionar a política brasileira a partir do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e acentuou-se no governo de FHC

(1995-2002) por meio de uma série de reformas do Estado, tendo a privatização como um dos eixos centrais.

A partir dos anos 1990, implementou-se uma série de instrumentos normativos pelo MEC, em consonância com algumas diretrizes do BM e da Unesco, tendo como marco de referência para a reforma da educação superior brasileira a LDB/1996.

As reformas e políticas do governo FHC (1995-2002) aproximaram-se da agenda sistêmica apresentada pelos organismos multilaterais, cuja essência se encontra na autonomia para as instituições federais, na centralização do processo decisório no MEC, na avaliação da qualidade do ensino, na diversificação (curricular, institucional e de cursos) e na diversidade de fontes de financiamento. E, ainda, elas se sustentam na concepção de universidade de ensino (desmonte da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão), na submissão da formação profissional às exigências do mercado e imposição de condições precárias para o trabalho docente. Foram fundamentadas na clivagem do público-privado, com primazia do privado, voltadas para a mercantilização e a privatização desordenada da oferta da educação superior, sob a aparência de “democratização” do acesso à educação. As políticas implementadas, tendo por fundamento os princípios da flexibilização, diferenciação e diversificação, não asseguraram a democratização do acesso à educação superior de maneira a parar com a “exclusão e o elitismo”, características que, para Ristoff (2008), perduram no sistema educacional superior brasileiro.

O governo Lula (2003-2010), assim como o de FHC, procurou a convergência das políticas da educação superior, buscando “naturalizar a inexistência da contraposição entre os planos públicos e privados; a defesa do papel do Estado como regulador e controlador da prestação de contas das IES; a ciência e o conhecimento a serviço da economia, dentre outros” (FERREIRA, 2012, p. 465). Apesar de manter características do governo anterior, como a competitividade e a intensa ação do mecanismo de mercado na educação superior, o governo Lula propõe política de intervenção estatal, principalmente mediante o financiamento das IES privadas por isenção fiscal, com o intuito de incluir as camadas populares na educação superior, e com a implantação de políticas públicas, como o Reuni (2007).

As políticas do governo Lula contribuíram para a ampliação do número de IES, do quantitativo de cursos e do número de matrículas nos cursos de graduação presencial, possibilitando o maior acesso ao ensino superior da população brasileira,

tanto nas IES privadas (com predomínio) quanto nas públicas, o que se constitui em “ampliação de oportunidades educacionais para segmentos da população, antes excluídos desse nível de ensino” (BITTAR, OLIVEIRA, LEMOS, 2011, p. 136).

As proposições de ampliação de vagas no noturno, diminuição da evasão, preenchimento das vagas ociosas e reestruturação acadêmica, foram dimensões anteriormente sugeridas no governo FHC e recomendadas pelo Banco Mundial em 1995. Mas vale ressaltar que, no governo FHC, essas dimensões eram previstas sem recursos adicionais, ou seja, “custo zero”. No governo Lula, o Plano de Expansão da Ifes (2003) e o Reuni (2007) previam recursos financeiros adicionais para criação de novos cursos, contratação de professores e técnicos administrativos, aquisição de equipamentos e construção. |

Assim como ocorreu no Brasil, o estado de Goiás vivenciou um processo de expansão acelerada (instituições, matrículas, cursos e vagas), especialmente pós LDB/1996, tendo por base o processo de diversificação e privatização da oferta, revelando os efeitos das políticas de educação superior implementadas nos últimos anos.

Em 1994, o estado de Goiás contava com 33 IES. No final do governo FHC, em 2002, constata-se um processo de expansão da educação superior goiana, o Estado computava um total de 56 IES, sendo a maioria privada em detrimento das públicas. Com relação às matrículas, o crescimento do estado de Goiás seguiu a lógica brasileira da expansão das IES, sendo maior nas privadas (58,4%) do que nas públicas (41,6%). Considerando a expansão dos cursos, observa-se queda na participação percentual das IES públicas e elevação nas IES privadas. A proporção das vagas apresentou-se da seguinte forma: 75,6% para as IES privadas e 24,4% para as IES públicas.

Destacam-se, entre as medidas adotadas no governo FHC que impulsionaram a expansão das matrículas nacionais e goianas no ensino superior, a GED (setor público) e o Fies (setor privado). Tais processos revelam o complexo cenário da educação superior. Em Goiás, a GED possibilitou expansão de cursos e vagas, principalmente nos câmpus da UFG de Goiânia.

Durante o governo Lula, a expansão do número de IES em Goiás continuou seguindo a lógica privatista brasileira. Em 2010, das 80 IES existentes, 72 eram privadas. As IES privadas são responsáveis por 69,5% das matrículas, 52,7% dos cursos

e 79,5% das vagas ofertadas, enquanto as IES públicas são responsáveis por 30,5% das matrículas, 47,3% dos cursos e 20,5% das vagas ofertadas.

Após a análise dos indicadores referentes à graduação presencial, verificou-se que o estado de Goiás expandiu as vagas para a educação superior de 1994 a 2010, mas a demanda por essas vagas não ocorreu na mesma proporção, atingindo, em 2010, a proporção de 56,2% de vagas ociosas.

Dentre as dificuldades diagnosticadas no processo de expansão e interiorização das IES públicas em Goiás pelo PDES/GO (GOIÁS, 2007), foram apontadas: ausência de garantia do financiamento dessas IES por parte do poder público; dificuldades relativas à infraestrutura física apropriada; acanhado índice de professores efetivos; ausência de plano de qualificação, carreira e remuneração; deficiência de laboratórios e bibliotecas; estruturação institucional e acadêmica defasadas, além da falta de articulação das IES municipais com a UEG e com as demais IES públicas de Goiás, impossibilitando um programa coeso de ações referentes à estruturação desse nível de ensino no Estado.

Após reflexão do impacto das medidas dos governos FHC e Lula no estado de Goiás, será apresentada a análise da especificidade do município de Jataí. Considerando as medidas adotadas no governo FHC que expandiram as matrículas no ensino superior brasileiro e goiano, a GED (setor público) e o Fies (setor privado), tais processos no caso específico de Jataí, se apresentaram de forma singular. Devido ao pequeno número de docentes vinculados ao quadro funcional da UFG, a implantação GED no CAJ/UFG praticamente não incentivou a expansão das matrículas públicas. No caso específico da educação superior privada em Jataí, o não cadastramento das IES ao Fies impediu os estudantes de ter acesso a esta modalidade de financiamento. Trata-se, deste modo, de um processo demarcado pela interseção entre as políticas nacionais e as dinâmicas locais.

As políticas implementadas pelo governo Lula na educação superior estimularam a expansão da rede pública em Jataí. Dentre elas, o Plano de Expansão das Ifes (2003) e o Reuni (2007) são responsáveis pela expansão de 11 cursos de graduação e consolidação do CAJ; o Programa de Expansão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2006), apesar do IFG – Câmpus Jataí não fazer parte da rede de expansão, indiretamente foi beneficiado pela luta da reitoria da instituição para deixar todos os câmpus em igualdade de condições físicas e de material. Assim, pode atender a demanda local por um novo curso superior em 2008. O Fies e o Prouni não

interferiram na expansão da categoria privada de Jataí, porque o Cesut não pode se cadastrar devido à sua ambiguidade jurídica e a Faja não atendia aos critérios definidos pelo MEC.

O desafio para a reorganização da educação superior brasileira e goiana caracterizada pela supremacia da categoria privada, em detrimento da educação pública, deve se nortear para a democratização e a melhoria da qualidade. Para tanto, faz-se necessário o consenso com a instituição de processos de gestão e de regulação que conduza os recursos financeiros públicos para a expansão da educação superior pública e gratuita no País, melhoria da qualidade e desmercantilização da educação superior privada.

Permanece o desafio de dar condições reais do ensino superior a todos, com igualdade de oportunidades e de qualidade, tendo em vista que as diferenças sociais e regionais persistem no campo da política educacional como barreiras a serem superadas.

Pautado em Cunha (2004), afirma-se que, ao invés de se inquietar meramente com o quantitativo da expansão da educação superior, deve-se preocupar com o ato de multiplicar com qualidade e para a coletividade.

## CONCLUSÕES

A partir da tendência nacional de uma lógica de expansão e interiorização da educação superior, fortemente marcada pela privatização da educação superior, evidenciou-se no estudo a singularidade de Jataí: a expansão do público.

O embate entre o público e o privado sempre esteve presente na discussão da expansão e interiorização da educação superior de Jataí, desde a criação das primeiras IES. Apesar de Jataí ter se beneficiado das políticas nacionais, em função das condições locais, de sua dinâmica histórica e suas especificidades, o município apresenta o predomínio das matrículas nos cursos de graduação no setor público, na contramão da lógica expansionista brasileira. A singularidade de Jataí tem a ver com: a tessitura política do poder local e, neste contexto, a institucionalização da FEJ e seu importante papel no tensionamento entre o público e o privado; o movimento institucional da UFG, ETFG (atual IFG) e UEG, que adotaram políticas de expansão e interiorização e criaram câmpus ou unidade universitária no município de Jataí, onde instalaram cursos de graduação presencial; os movimentos pró-criação das IES, que geraram a criação do CAJ/UFG, da UEG – UnU de Jataí, da ETFG – Uned Jataí (hoje IFG – Câmpus Jataí), e bem como as políticas e gestão desencadeadas pelas políticas

federais no tocante à expansão pública da educação superior por meio da criação de IES, cursos e vagas, como o Plano de Expansão das Ifes – 2003 e Reuni – 2007, que possibilitaram a expansão do CAJ, e a Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica – 2008, que contribuiu com melhorias e ampliação de cursos superiores no IFG – Câmpus Jataí, apesar de não fazer parte da rede.

Pode-se dizer que a expansão da educação superior em Jataí se deu de maneira diversificada e diferenciada. Por um lado, o CAJ/UFG e o IFG – Câmpus Jataí apresentaram uma expansão pública com indicadores de qualidade, com quadro de docentes constituído por número significativo de doutores e mestres, o ingresso dos docentes via concurso público, a maioria dos docentes contratados no regime de trabalho de 40 horas e com DE, o que contribui para que atividades de ensino, pesquisa e extensão sejam desenvolvidas, e para a existência de espaço físico (salas de aula, laboratórios e biblioteca). Em contrapartida, a UEG – UnU de Jataí, a despeito de ser instituição pública, apresenta em suas condições concretas indicadores que revelam o não atendimento aos parâmetros básicos de qualidade e de uma universidade. Em 2006, no ano de criação dos cursos de tecnologia, segundo depoimento do ex-diretor da instituição, o espaço físico alugado para o funcionamento da instituição não era o ideal, pois não existiam biblioteca, acervo de livros e laboratórios. Alguns desses problemas identificados na criação foram em parte contornados, mas, em 2010, a instituição continuava contratando funcionários e docentes sem concurso, contando apenas com um professor efetivo, e o restante (96,87%) compunha-se de contratos temporários e de um docente com titulação de doutor.

O setor privado da educação superior de Jataí, representado pelo Cesut e pela Faja, apresentou uma expansão dos cursos de graduação de maneira mais homogênea, ainda que balizado pelo não atendimento dos padrões de qualidade (Decreto 5776/2006). As instituições, apesar de contarem com espaço físico adequado (salas de aula, laboratório e biblioteca), apresentam alguns fatores que interferem nos padrões de qualidade, como: os docentes são contratados sem concurso; os contratos são temporários; o regime de trabalho é horista (Cesut) ou tempo parcial – 20 horas (Faja); a maioria dos docentes tem formação *lato sensu*. As instituições concentram suas ações no ensino e em algumas atividades de extensão, não desenvolvendo pesquisa.

O processo de expansão e interiorização da educação superior não é linear, mas revela-se como um processo dinâmico, no qual acontecem modificações com conflitos e embates de diferentes ordens.

Diferentes sujeitos se mobilizaram ao longo do tempo e enfrentaram as adversidades impostas pela carência financeira, as dificuldades estruturais, a pouca efetivação de políticas públicas de incentivo ao ensino superior, entre tantas outras mazelas que se fizeram presentes. Esses vários sujeitos deixaram vestígios de suas caminhadas e contribuíram para escrever mais algumas linhas dessa história.

O processo analítico evidencia que o movimento de expansão e interiorização da educação superior é contínuo. Apesar de os dados atuais da educação superior do município de Jataí, dos anos de 2011-2013, não terem sido objeto de análise eles evidenciam a manutenção da tendência singular verificada no município de Jataí, que é a expansão majoritária do público.

## REFERÊNCIAS

BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; LEMOS, Jandernaide. Reforma da Educação Superior dos anos 1990 e suas repercussões na região Centro-Oeste. **Revista Teoria e Prática da Educação**, v. 14, n. 2, mai. /ago. 2011, p. 123-137. Disponível em: <<http://www.dtp.uem.br/rtp/volumes/v14n2/10.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2012.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; LIMA, Rosângela Novaes; MEDEIROS, Luciene Miranda. Reforma da educação superior brasileira – de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva: políticas de expansão, diversificação e privatização da educação superior brasileira. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Orgs.) **Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB**. Brasília: Inep, 2008. p. 329-348.

CUNHA, Luiz Antônio. Desenvolvimento Desigual e combinado no ensino superior – Estado e Mercado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, Especial, out. 2004, p. 795-817.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A interiorização do ensino superior e a privatização do público**. Goiânia: Ed. Universidade Federal de Goiás, 2001.

DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira. **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã. Goiânia: Alternativa, 2003.

FERREIRA, Suely. Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). **Linhas Críticas**, Brasília, DF, n. 36, p. 455-472, maio/ago. 2012. Disponível

em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/6794/5773>>.

Acesso em: 7 out. 2012.

GOIÁS. SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE GOIÁS.

**Plano Diretor para Educação Superior no Estado de Goiás - 2006-2015:** A

educação superior em Goiás. 2007. Disponível em:

[http://www.sectec.go.gov.br/portal/?page\\_id=350](http://www.sectec.go.gov.br/portal/?page_id=350). Acesso em: 02/03/2012.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 67-80.

RISTOFF, Dilvo. Educação Superior no Brasil – 10 anos pós-LDB. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Org.). **Educação superior no Brasil:** 10 anos pós LDB. Brasília: Inep, 2008, p. 39-50.